

6º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP
2ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO 1

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

1. **Data:** 12.07.2024
2. **Local:** Reunião virtual –Aplicativo Microsoft Teams

PARTICIPANTES PRESENTES:

1. **Controladoria-Geral da União (CGU)**
 - a. Marcelo Vidal
 - b. Guilherme Fortuna
 - c. Larissa Barbosa Medeiros
2. **Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)**
 - a. Emerson Rocha Dutra
3. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**
 - a. Giovanna Alexsandra Barreto Ferreira
 - b. Gilmar Rocha
 - c. Viviane Silveira Amaral
4. **Ministério do Planejamento (MPO)**
 - a. Carlos Luiz Marques
 - b. Denise Hermínio Gontijo
 - c. Jucemara Velloso
5. **Ministério dos Transportes**
 - a. Henrique Barros Pereira Ramos
 - b. Edvaldo Mendes de Oliveira
6. **Ministério de Minas e Energia**
 - a. Francivaldo Barbosa Cavalcante
7. **Ministério do Meio Ambiente (MMA)**
 - a. Moara Giasson
8. **GT Infra**
 - a. Brent Millikan

9. Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA)

- a. André Luis Ferreira

10. Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)

- b. Anderson Uliana Rolim

11. Transparência Internacional Brasil (TI Brasil)

- a. Amanda Faria Lima

12. Equipe de Monitoramento

- a. Maria Valdenia Santos (CGU)
- b. Ellen Caroline Bandeira Piedade (CGU)
- c. Maíra Póvoa (CGU)
- d. Priscilla Ruas (CGU)
- e. Thalita Ary (CGU)

TÓPICOS ABORDADOS

- Informações gerais sobre o processo de execução e monitoramento.
- Apresentação dos marcos e seus respectivos prazos de execução.
- Informes gerais.

DESENVOLVIMENTO

A reunião iniciou-se com a equipe de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU) dando boas-vindas e agradecendo o apoio e compromisso de todos os atores envolvidos na execução do Compromisso compromisso 1 “Instrumentos para Aprimorar Transparência e Participação Social nas Políticas Públicas de Infraestrutura”.

A equipe da CGU informou que foi enviado ao coordenador do compromisso 1, representante da CGU, Marcelo Vidal, o Relatório de Status de Execução (RSE), referente ao 2º trimestre, que deveria ser preenchido até o dia 16 de julho. Nesse sentido, a equipe alertou para que as respostas sejam encaminhadas o mais breve possível.

Esclareceu que os RSEs são documentos, preenchidos trimestralmente pelo coordenador de cada compromisso, que deverão fazer a articulação com os atores envolvidos na execução do compromisso para elaboração do documento. O objetivo é realizar prestação de contas das atividades desempenhadas. É por meio deles que a CGU elabora os relatórios de autoavaliação do Plano e que o avaliador independente da Parceria analisa cada compromisso. Além disso, são registros importantes para que os interessados da sociedade e de outras entidades possam compartilhar ações, iniciativas e políticas que sejam relacionadas

ao tema do compromisso para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos, no âmbito e para além do 6º Plano de Ação. Após consolidados, os RSEs são disponibilizados no site de governo aberto.

Em seguida, o coordenador do compromisso apresentou informes gerais sobre o andamento das atividades no período de abril a junho de 2024.

Marcelo Vidal relatou que diversos atores do Compromisso 1 demandaram a realização de workshop sobre o processo participativo de grandes obras. Essa iniciativa será importante para o aprofundamento da interação com atores-chave para o desenvolvimento de diversos marcos do compromisso. Para a realização deste encontro, o coordenador está em tratativas com o Ministério dos Transportes (MT). Nos últimos meses, houve articulações com as Secretarias do MT e está marcada reunião, para o dia 16 de julho, com o Secretário Executivo do órgão para definir sobre a viabilidade do evento.

O coordenador também destacou que tem tratado internamente para envolver outros atores no compromisso, conforme demanda geral dos responsáveis pelo Compromisso 1. Disse que esse assunto foi encaminhado internamente para a Secretária de Integridade Pública da CGU, e que retornará ao grupo assim que obtiver atualizações sobre essa questão. A equipe de monitoramento da CGU esclareceu que não há objeção para inclusão de atores, considerando ainda positivo a entrada de novos participantes para desenvolver ações de mais abrangência e impacto. Esclareceu que a entrada de novos atores pode ser informada aos monitores e que, no processo de revisão do 6º Plano de Ação, essa alteração será formalizada no texto oficial do plano.

Especificamente sobre o envolvimento da Casa Civil com a temática, o coordenador informou que estão em processo de aproximação com o órgão. Em encontro, no âmbito do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), a área da Casa Civil responsável pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi convidada a compartilhar informações sobre a política. Essa foi uma oportunidade para promover o diálogo e aproximação com a temática e com atores que estão participando do compromisso. Vale destacar que o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil de Governo Aberto que participa do monitoramento do 6º Plano compõe o CTICC. O Conselho também contém, em sua composição, representantes da sociedade civil que também estão trabalhando na implementação do Compromisso 1.

Em seguida, o coordenador pontuou que será necessária a repactuação de prazos de alguns marcos do Compromisso 1, observando o prazo final de conclusão para junho de 2027. A equipe de monitoramento da CGU orientou que a repactuação seja sinalizada nas respostas do RSE.

Na sequência, o coordenador solicitou que cada responsável por marco compartilhasse com o grupo as atividades realizadas e os respectivos encaminhamentos. Os presentes tiveram a oportunidade de tirar dúvidas e de se inteirarem sobre avanços e desafios do processo de execução. As informações estão consolidadas no quadro abaixo.

ACOMPANHAMENTO E ENCAMINHAMENTOS:

Compromisso 1: “Criar ou aperfeiçoar, bem como disseminar instrumentos que viabilizem a transparência, o engajamento, a participação e o controle social efetivos e qualificados nas fases do

ciclo de políticas públicas de infraestrutura: hierarquização de problemas, análises de soluções alternativas, detalhamento e execução de planos e projetos.”

Marcos	Data prevista de conclusão	ajuste de data de conclusão	Responsáveis	Observações e encaminhamentos
<p>Marco 1 – Mapeamento de boas práticas e oportunidades de transparência, participação e controle social no processo decisório do planejamento, da execução e do monitoramento de investimentos de infraestrutura</p>	<p>Dezembro/2024</p>		<p>CGU* IEMA* SG MMA MGI (SEGES) IBAMA MPO (SOF) MPO (SEPLAN) Instituto Socioambiental (ISA) GT Infraestrutura</p>	<p>O workshop que está sendo articulado pelo grupo será importante para o envolvimento de atores centrais na execução de políticas de infraestrutura. Esse encontro impactará, em especial, o andamento dos marcos 1 e 2. O workshop está em fase de tratativas entre a CGU e o MT, conforme mencionado.</p> <p>Sobre o mapeamento, o IEMA relatou que o grupo realizou reunião para detalhar as etapas do processo decisório das áreas de infraestrutura. O próximo passo é fazer a discussão de cada etapa com os ministérios envolvidos nessas áreas. Inicialmente será realizado piloto com o MT. Depois essas discussões serão feitas com outros órgãos.</p> <p>A TI Brasil sugeriu que o mapeamento do marco 9 e do marco 1 sejam feitos conjuntamente.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reunião entre CGU e Secretaria Executiva do MT para definir sobre workshop no dia 16/07; • Realização de discussões sobre as etapas decisórias com órgãos específicos; • Realização de reunião de alinhamento entre IEMA e TI Brasil para tratar sobre os mapeamentos conjuntos dos marcos 1 e 9. • CGU e IEMA vão enviar proposta de repactuação do prazo do marco para atualização do RSE.
<p>Marco 2 – Proposição de alterações normativas</p>	<p>Junho/2025</p>		<p>CGU*</p>	

<p>que indiquem, para cada setor relevante, as fases em que a participação social é importante e necessária, mas ainda não prevista ou insuficiente</p>			<p>MMA IBAMA IEMA GT Infraestrutura Instituto Socioambiental (ISA)</p>	<p>Os marcos 1 e 2 estão sendo trabalhados conjuntamente.</p> <p>Em maio, foi publicada Portaria do MT nº 485/2024 sobre a participação social no planejamento de obras de infraestrutura dos transportes.</p> <p>A portaria está passando por processo de revisão.</p> <p>A CGU sugeriu que essa revisão da Portaria considerasse a possibilidade de realizar consultar pública para contribuições gerais. Também colocou o grupo do compromisso à disposição para colaborar na revisão.</p> <p>O MT pontuou que é necessário verificar o estágio dessa revisão para avaliar as possibilidades de colaboração.</p> <p>Também em maio, foi publicado o <u>Decreto nº12.022/2024</u>, que trata sobre Planejamento Integrado de Transportes e suas instâncias de governança.</p> <p>O IEMA ressaltou que esses normativos precisam avançar sobre a questão da participação no planejamento de ações de setores da infraestrutura.</p> <p>Adicionalmente a TI Brasil sugeriu que o grupo incluísse também a discussão da pauta de transparência nas discussões sobre esses normativos.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CGU enviará proposta de repactuação do prazo do marco para atualização do RSE. • CGU incluirá na pauta da reunião com a Secretaria Executiva do MT do dia 16/07 (marco 1) sobre possibilidades de revisão da Portaria.
---	--	--	--	---

<p>Marco 3 – Aperfeiçoar o “Obras.Gov” de modo que contemple, de forma atualizada, todos os projetos de infraestrutura federais e as respectivas informações de seleção, planejamento, execução e monitoramento</p>	<p>Junho/2025</p>		<p>MGI (SEGES)* ANTT CGU MME MT MPO (SEPLAN) MPO (SOF) GT Infraestrutura IBRAOP Instituto Socioambiental (ISA) TI Brasil</p>	<p>O MGI realizou reuniões com os responsáveis pelo marco para apresentação do Obras.gov. Foi solicitado o envio de contribuições com sugestões de melhorias para o sistema até agosto de 2024.</p> <p>Após a consolidação das sugestões, será realizada reunião para tratar dos próximos passos.</p> <p>A CGU acrescentou que está trabalhando para incluir ferramentas de georreferenciamento relativos às informações de obras públicas disponibilizadas no Portal da Transparência.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> O grupo fará envio de contribuições para melhorias do Obras.gov até agosto de 2024.
<p>Marco 4 – Realizar ações de mobilização e capacitação para assegurar que o “Obras.Gov” seja devidamente preenchido e atualizado</p>	<p>Junho/2027</p>		<p>MGI (SEGES)* CGU CONFEA IBRAOP</p>	<p>Este marco está sendo trabalhado em conjunto com o marco 3. Embora o Marco 4 não tenha sido iniciado ainda, ele será trabalhado dentro dos Eixos da Estratégia BIM BR.</p>
<p>Marco 5 – Criação de espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade sobre a agenda de aperfeiçoamento de planos e projetos de investimento em infraestrutura</p>		<p>Junho/2027</p>	<p>MGI (SEGES)* SNPS – SG/PR TI Brasil IEMA GT Infraestrutura CONFEA Instituto Socioambiental (ISA)</p>	<p>Este marco está sendo trabalhado em conjunto com o marco 3. Embora o Marco 5 não tenha sido iniciado ainda, ele será trabalhado dentro dos Eixos da Estratégia BIM BR.</p>
<p>Marco 6 – Apresentação de proposta de aperfeiçoamento da transparência e controle social dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC para o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC</p>		<p>Julho/2024</p>	<p>TI Brasil* CGU IBRAOP GT Infraestrutura Instituto Socioambiental (ISA)</p>	<p>A TI Brasil relatou que o grupo realizou duas reuniões para tratar dos seguintes pontos: a) o produto do marco: será a elaboração de documento de análise e recomendações referentes à estrutura do PAC; b) a estrutura do PAC: refletir sobre o escopo que será analisado no documento.</p>

				<p>O objetivo é que este documento final seja encaminhado à Casa Civil.</p> <p>O grupo também entende que este marco pode contribuir para o produto do marco 3, com apontamentos importantes de aprimoramento para a área específica do Obras.gov que trata do PAC.</p> <p>Encaminhamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enviar proposta repactuação do prazo do marco para atualização do RSE. • Elaborar conjunto de recomendações específicas sobre o PAC para o obras.gov
Marco 7 – Dialogar e sensibilizar gestores públicos acerca de linguagem cidadã, transparência e participação em obras de infraestrutura		Junho/2027	CGU* SNPS – SG/PR IBRAOP	Este marco não foi iniciado, pois depende do desenvolvimento dos resultados dos marcos anteriores.
Marco 8 – Desenvolver iniciativas para formação e engajamento para transparência e participação social		Junho/2027	SNPS – SG/PR* CGU MGI (SEGES) IBRAOP	Este marco não foi iniciado, pois depende do desenvolvimento dos resultados dos marcos anteriores.
Marco 9 – Levantamento de recomendações e boas práticas de transparência de infraestrutura, contemplando diretrizes, bases de dados e categorias de informações, e realização de diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no governo federal		Junho/2025	TI Brasil* CGU	<p>Este marco está sendo trabalhado conjuntamente com o marco 1 e marco 6.</p> <p>Os responsáveis estão em tratativas com a entidade CoST - Infrastructure Transparency Initiative para contribuir no desenvolvimento técnico dos produtos previstos para os marcos 9 e 6.</p> <p>Além disso, foi informada sobre a elaboração de questionário a ser aplicado aos órgãos responsáveis por normas e iniciativas na área de infraestrutura, buscando mapear questões de transparência.</p>

				<p>Este questionário também poderá ser ampliado e abarcar o mapeamento do marco 1.</p> <p>Encaminhamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de reunião de alinhamento entre IEMA e TI Brasil para tratar sobre os mapeamentos conjuntos dos marcos 1 e 9 (conforme descrito no marco 1).
--	--	--	--	--

*Coordenadores dos marcos.

Na ocasião, a equipe de monitoramento também incentivou que os presentes compartilhassem informes relativos à temática de infraestrutura.

O MT informou sobre a organização, em conjunto com a CGU, do workshop “Integridade em Foco: Unindo setores Público e Privado. O evento será no auditório do MT, nos dias 20 e 21 de agosto.

O GT Infra compartilhou com o grupo que o MT lançou consulta pública para Planos Setoriais Ferroviário e Rodoviário. Reforçou sobre a importância de o grupo participar com contribuições que podem ser enviadas até 22 de junho de 2024.

Finalizando a reunião, a equipe de monitoramento da CGU agradeceu o empenho na realização de todas as atividades e informou que a próxima reunião seria agendada para **30 de setembro, às 15h**.

Registro:

